



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA nº 1/2020

**Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Penamacor,
realizada em nove de janeiro de dois mil e vinte**

Aos nove e dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal em sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Penamacor sob a Presidência de António Maria Vieira Pires, tendo sido coadjuvado pelos membros, Francisco Abreu Esteves e Valéria Gonçalves Cruchinho na qualidade de primeiro e segundo Secretários da Mesa, respetivamente. -----

Após ter verificado a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa deu por aberta a Sessão eram vinte horas. -----

Verificada a comparência dos Senhores membros da Assembleia, registaram-se as seguintes presenças: António Vieira Pires, Francisco Abreu Esteves, Valéria Gonçalves Cruchinho, Manuel Marcelo, Guida Leal, João Luís Vaz, Nuno Vaz Gonçalves, Renato Robalo da Silva, Rogério Silvestre da Cruz, Maria Elisa Manteigas, Hélio Crucho, Samuel Osório, Patrícia Leitão, Carlos Pires e Sandra Almeida. -----

Presentes e por inerência estiveram também os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Vaz, Álvaro Gil Leitão, André Jacinto Silva, João Alves, António Gil, Silvino Vinha Veiga, António José Robalo, António Pinto e João Campos. -----

Presentes, por parte do órgão Executivo, estiveram o Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, o Vice-Presidente da Câmara Manuel Joaquim Robalo, a Vereadora Sandra Vicente e o Vereador Filipe Batista encontrando-se ausente a Vereadora Anabela Campos. -----

A Assembleia Municipal reuniu de acordo com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I. Período da Ordem do Dia, nos termos do artº 16º do Regimento em vigor. -----

- 1. Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades mais Relevantes) para 2020. -----**
- 2. Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais. -----**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Proferiu que na última Sessão da Assembleia Municipal sentiu quase um sentimento de vergonha pelo acontecido. Informou todos os presentes que foi eleito para a Assembleia Municipal de Penamacor, no ano de 1997 e esteve sempre presente nas Sessões da Assembleia Municipal, só faltou a uma Sessão, por motivos pessoais. Disse que há mais de 20 anos que frequenta a sala da Assembleia Municipal e esteve na bancada da oposição durante 12 anos. Expôs, que muitas vezes, quando chegava ao Salão Nobre tinha os documentos na mesa e muitas decisões foram aprovadas em Sessões da Assembleia Municipal sem que esse fosse argumento de que não tinha havido tempo para que os Deputados Municipais pudessem analisar os documentos. Recordou que na última Sessão da Assembleia Municipal pareceu transparecer que a Câmara Municipal não quis entregar os documentos a tempo e horas. Explicou que o Executivo Municipal em reunião de câmara aprovou todos os documentos no mês de outubro e cumpriu-se a obrigação de enviar até ao final de outubro a documentação. Defendeu todos os funcionários que estiveram no processo e não se refugia das suas responsabilidades, nem das suas obrigações. Disse que errar é humano e, de facto, houve um lapso no envio da documentação. O Senhor Presidente da Câmara expressou que tem muitas dúvidas de que a bancada da oposição não tivesse conhecimento dos documentos. De acordo com o referido pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, foram enviados a todos os Deputados Municipais o Relatório do Orçamento para 2020, as Grandes Opções do Plano para 2020, as Atividades Mais Relevantes para 2020, o Plano Plurianual de Investimentos para 2020 e adiantou que qualquer cidadão consegue através desses documentos analisar as pretensões e as estratégias do Município para o ano 2020. Faltou o documento financeiro que os senhores Deputados Municipais não receberam a tempo e horas. Disse que no dia em que receberam os documentos, tinham feito o telefonema que apenas fizeram no dia da Sessão da Assembleia Municipal ao Secretariado da Assembleia Municipal e teriam o documento entregue a tempo e horas. Porque o documento estava aprovado na Câmara Municipal desde outubro de 2019. Referiu que está na altura de saber se a decisão de se retirar os Pontos 14 e 15 da Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal Ordinária foi um sentimento individual de todos os membros do Grupo Parlamentar Movimento Independente "Penamacor - Um Concelho no Coração", ou se foram a reboque de alguém. O documento é elaborado a 95% pelo Gabinete de Contabilidade, que muito respeita e prestigia e reconhece a sua competência, assim como reconhece a competência do Gabinete de Apoio da Câmara Municipal, do Núcleo de Apoio ao Secretariado da Assembleia Municipal e de toda a Mesa da Assembleia Municipal. Afirmou que, se fosse Deputado Municipal por não ter este documento, pedia-o, mas nunca por falta deste documento que é literalmente cópia do Orçamento de execução do ano anterior, a explicação está descrita no Relatório do Orçamento, nas Grandes Opções do Plano, nas Atividades Mais Relevantes e no Plano Plurianual de Investimentos. Aludiu que em 12 anos que





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esteve na bancada da oposição, muitas vezes com os documentos entregues na secretária nos próprios dias das Sessões da Assembleia Municipal, muitas deliberações foram tomadas e muitos Deputados aqui presentes testemunharam esse facto. -----

Expôs que o referido foi a verdade dos factos e quer que fique patente para todos os Deputados Municipais, para a Comunicação Social e para o Público, que os documentos estavam aprovados pela Câmara Municipal em outubro, dentro do prazo legal. -----

O Deputado Manuel Marcelo solicitou uma Interpelação à Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Mesa disse que dará a palavra ao Deputado Municipal quando o Senhor Presidente da Câmara acabar a sua intervenção. -----

O Deputado Manuel Marcelo disse que falará quando for discutido o Ponto 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano – PPI e AMR. -----

O Presidente da Câmara retomou a intervenção e fez uma breve apresentação ao Orçamento para o ano 2020. Referiu que o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos refere a apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano – PPI e AMR. Disse que o Orçamento para 2020 mantém um rigor de gestão como o que tem tido nos últimos anos e foi devido a esse rigor nos últimos seis anos, ao contrário de muitos anos anteriores, o Município de Penamacor passou a fazer parte dos “rankings” dos Municípios, em posições de destaque. Informou que o rigor vai-se manter, o Orçamento para o próximo ano ronda sensivelmente o valor de 15 milhões de euros, tem um fluxo grande de fundos comunitários e um conjunto de obras e intervenções que alavancam o valor de cerca de 3 milhões de euros. Informou que nos tempos de hoje, em termos de quadro comunitário primeiro a Município tem de fazer as obras, tem de as pagar e só depois fazer os pedidos de pagamento. Referiu que já lá vai o tempo que era entregar a fatura e receber, só no fim da obra é que o Município pode ser reembolsado. Advertiu que é preciso liquidez para executar obra. Exemplificou que estão previstos um conjunto de investimentos: Encontra-se a decorrer a obra da requalificação da Zona Histórica do Castelo de Penamacor, desejando que no ano 2020 Penamacor tenha uma zona histórica atrativa e com nível turístico para todos os que nos queiram visitar. Está prevista a obra emblemática, falada há anos; a requalificação do Teatro Clube de Penamacor. Está a decorrer a ampliação da Zona Industrial e a conclusão da Incubadora e existe um reforço considerável de duodécimos para as Junta de Freguesia. Referiu que tudo isto foi feito com rigor orçamental e uma boa gestão, que tem permitido ao Município captar investimentos e ser reconhecido lá fora pelo rigor da boa gestão. Informou que o Executivo Municipal quer continuar a criar condições para o ano 2020 como a criação de emprego, promoção turística, apoio associativo e promoção





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cultural do Concelho de Penamacor; tudo num orçamento estimado em cerca de 15 milhões de euros, gerido como tem sido feito nos últimos anos com o rigor da boa gestão. -----

O Senhor Presidente da Mesa, passou de imediato ao Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades mais Relevantes) para 2020.--

O Senhor Presidente da Mesa, perguntou aos Senhores Deputados Municipais se pretendiam usar da palavra sobre o ponto, inscreveram-se os **Deputados Municipais, Deputados Municipais, Samuel Osório, Rogério Cruz, Manuel Marcelo, António Pinto, João Luís Vaz e Francisco Abreu.** -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Samuel Osório. -----

Deputado Samuel Osório: -----
Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia Municipal, Executivo Municipal, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara sobre a diminuição de cerca de 20% de receita de IMI que seria suposto o Município cobrar, no valor de 100 mil euros. Disse que analisou as contas de gerência do ano de 2018 e o documento dos Revisores de Contas do ano passado, onde é referido que foi feita uma retenção por parte da Autoridade Tributária de 230 mil euros. Pensa que terá sido IMI devolvido a contribuintes, gostaria de obter um esclarecimento acerca do assunto. -----

Disse que como tem vindo a ser hábito é documentado no Relatório dos Revisores de Contas o assunto que fala sobre as participações do Hotel. É exposto que existem diversas investigações em curso em relação a estes documentos financeiros. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos acerca das investigações sobre os documentos financeiros, quais as entidades que as estão a fazer e em que estado estão as investigações. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Rogério Cruz. -----

Deputado Rogério Cruz: -----
Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Disse que pretende abordar três pontos. O primeiro ponto encontra-se relacionado com os apoios às Juntas de Freguesia. Expressou que o Grupo Parlamentar que integra, teve algum mérito e contributo para o aumento destas participações por parte da Câmara Municipal este ano. Relembrou que no ano anterior o seu Grupo Parlamentar fez uma intervenção sobre este ponto e foi referido que há 5 anos seguidos que não havia

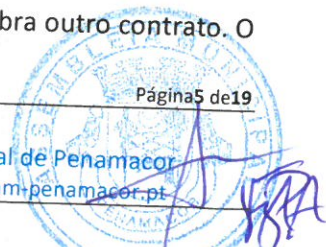


Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterações no valor dado às Juntas de Freguesia, sendo sempre o mesmo valor: 186 mil euros por ano. O Grupo Parlamentar constatou com alegria que a sua sugestão, no que diz respeito ao aumento de valor de comparticipação às Juntas de Freguesia, foi aceite. O Deputado disse que no entanto se compararmos o valor de 300 mil euros com o total da despesa de 7,6% milhões de euros, o aumento representa 1,4%, o que não dá grande margem de manobra aos Presidentes das Juntas. Solicitou ao Executivo Municipal que, se optou por levar em conta a contribuição do Grupo Parlamentar Movimento Independente "Penamacor - Um Concelho no Coração" no ano anterior, que pense também o mesmo para o ano seguinte, uma vez que brevemente estará a ocorrer o processo de descentralização de competências para as Juntas Freguesia, é necessário elaborar protocolos e verifica-se que este valor é insuficiente para as Juntas de Freguesia poderem cumprir o exigido pelas novas competências. -----

O segundo ponto diz respeito à requalificação dos regadios. Em anteriores intervenções feitas pelo seu Grupo Parlamentar sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou que o regadio existente tem só um aproveitamento de 30% e por isso o regadio da zona sul do Concelho não podia avançar de imediato. O Deputado disse que seria um projeto de importância vital e referiu que o regadio do Meimão apesar de ter uma utilização inferior a 30%, o orçamento contempla o valor de 110 mil euros para o ano 2020 e 100 mil euros para o ano 2021. Referiu que não tem nada contra o regadio do Meimão, mas se um aproveitamento inferior a 30% justifica o não avançar com o regadio para a zona sul do Concelho, porque é que justifica colocar em orçamento mais 210 mil euros num regadio que está desaproveitado. -----

Em terceiro lugar falou da requalificação e ampliação das Termas da Fonte Santa, situadas na Freguesia de Águas. Em 2018 estava previsto em Orçamento o valor de 500 mil euros, no ano 2019, 400 mil euros, no ano de 2020, 500 mil euros em 2021, 500 mil euros. Relembrou que em 06/12/2016 foi celebrado um contrato de projeto de requalificação e ampliação das Termas de Águas. Houve a rescisão do contrato e teve lugar a haver uma indemnização no valor de 9.512,19 Euros. O Deputado referiu que alguém não cumpriu o contratado, e disse que se foi este Executivo Municipal que indemnizou a outra parte, quer dizer que quem falhou foi o Executivo. Explicou que quando se adjudicam projetos, existe um caderno de encargos, se o caderno de encargo é claro e se a outra parte não cumpre, não há lugar a indemnização, se o caderno de encargos não é claro ou inexistente, quem falha é quem pede, quem ordena e daí haver lugar a pagar um valor de indemnização. O Deputado perguntou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos acerca do porquê ter de indemnizar a empresa; informou que em 14/11/2019 foi assinado outro contrato de requalificação e ampliação e o valor pago foi de 41 mil euros. Referiu que foi cancelado anteriormente um contrato no valor de 31 mil euros, no qual se indemnizou quase 10 mil euros e agora a Câmara Municipal celebra outro contrato. O





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Municipal questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se o contrato está concluído ou se foi novamente cancelado. Se estiver concluído, perguntou se com verbas de meio milhão previstas, se é desta vez que em quatro anos, a obra da remodelação das Termas da Fonte Santa vai avançar. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Manuel Marcelo.-----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Cumprimentou todos os Deputados Municipais e cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Executivo Municipal, Comunicação Social e Público presente. -----

Sobre a intervenção que o Senhor Presidente da Câmara fez, foi a repetição do que fez na Sessão da anterior Assembleia Municipal. Referente à queixa apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, na altura com o cargo de Presidente da Junta da Freguesia de Benquerença, sobre os documentos serem entregues na mesa dos Deputados Municipais no próprio dia das Sessões da Assembleia Municipal. Informou que foi averiguar junto da funcionária que fazia na altura o apoio ao Secretariado da Mesa da Assembleia Municipal, viu todas as Atas do mandato que presidiu como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Penamacor e disse que relativamente às contas em termos de orçamento e em termos de Prestação de Contas nunca foram entregues fora do prazo legal e nas Atas não consta qualquer chamada de atenção ou reclamação por parte dos Deputados Municipais. -----

Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara proferiu algumas insinuações, que pretendeu abordar de forma objetiva e concreta: A primeira questão fundamental é a de que o Senhor Presidente da Câmara e alguns Deputados Municipais não conhecem a Lei que enquadra o Regimento da Assembleia Municipal, nem o texto do Regimento da Assembleia Municipal. Esclareceu que qualquer dos Senhores Deputados Municipais tem o direito de fazerem Interpelações à Mesa da Assembleia Municipal, quando alguém se levantar e se dirigir ao Presidente da Mesa da Assembleia para fazer uma Interpelação, o Regimento da Assembleia Municipal diz que a Mesa da Assembleia tem de aceitar imediatamente, ouvir a Interpelação e depois decidir sobre a mesma. -----

Sugeriu ao Senhor Presidente da mesa que fosse feita a promoção de um “workshop” para explicar e informar o conteúdo do Regimento da Assembleia Municipal aos autarcas do Município de Penamacor. -----

Sobre a insinuação que o Senhor Presidente da Câmara fez sobre os elementos do Grupo Parlamentar Movimento Independente “Penamacor - Um Concelho no Coração”, e concretamente do líder de bancada deste Grupo Político, sobre quando notaram que não tinham o documento – Orçamento, o porquê de não chamarem logo à atenção no dia de receção dos documentos, o Deputado Municipal disse que o Senhor -----



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente insinuou que deixaram andar a situação e só chamaram a atenção no último dia. O Deputado Municipal Manuel Marcelo esclareceu que o que se passou foi que o envelope com os documentos dirigidos ao líder de Bancada do seu Grupo Parlamentar, por comum acordo logístico, ficou na casa do Deputado Municipal Samuel Osório e só foi levantado, por sua responsabilidade e não do núcleo de apoio ao Secretariado da Assembleia Municipal, na quinta-feira, 26/12/2019, ao fim do dia porque não estava no Concelho de Penamacor. Explicou que na noite de quinta-feira, quando estava a preparar a documentação para a Sessão da Assembleia Municipal, a ter lugar na sexta-feira dia 27/12/2019 é que deu por falta do documento. Informou que poderia ter tido duas atitudes, poderia ter raciocinado de acordo com a suposição e insinuação do Senhor Presidente da Câmara e não tinha feito nenhuma diligência e vínhamos para a Assembleia Municipal sem o documento; ou ter a atitude que teve, telefonou para o núcleo de apoio ao Secretariado da Assembleia Municipal, pelas 9h30m de sexta-feira e informou a funcionária sobre a falta do documento; foi com estranheza que a funcionária percebeu que o documento estava em falta e que nenhum dos Deputados Municipais tinha pela falta do documento. Depois de a funcionária ter falado com o Presidente da Assembleia Municipal, o documento foi enviado aos Deputados Municipais pelas 11h.30m. O Deputado disse que a questão é clara, desde o meio-dia do dia da Sessão da Assembleia Municipal até à hora de início da Assembleia Municipal, o Grupo Parlamentar não teve tempo de na reunião preparatória do seu Grupo Político, analisar o documento. A Lei e o Regimento da Assembleia Municipal não tinham sido cumpridos. -----

Sobre a outra insinuação proferida pelo Senhor Presidente da Câmara de que os documentos não tinham sido aprovados a tempo e horas pelo Executivo Municipal, pronunciou que ninguém do seu Grupo Político falou nisso. O que foi referido é que não tinha sido cumprida a Lei nem o Regimento da Assembleia Municipal na entrega dos documentos e informou que isso já tinha acontecido várias vezes no Executivo; está documentado historicamente pelo Vereador do seu Grupo Parlamentar. Disse também que já tinha acontecido na Assembleia Municipal com o documento dos Revisores Oficiais de Contas. Alertou que este documento é importante e só estava disponível nas pastas dos Deputados Municipais no dia e à hora de início da Sessão da Assembleia Municipal de Penamacor de 27/12/2019. Disse que o documento estava assinado com data de 23/12/2019, e não foi entregue nos dois dias úteis que a Lei e o Regimento da Assembleia Municipal definem. -

Esclarecida a situação o Deputado Manuel Marcelo procedeu à análise dos documentos referente ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

Disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal desvalorizou o documento do Orçamento e disse que 95% tinha sido feito pelo Serviço de Contabilidade que prestigiou e disse ser muito competente. O Deputado não coloca em causa as palavras do Senhor Presidente da Câmara, mas referiu que o orçamento é o documento





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

político mais importante de cada ano, seja na Assembleia da República, seja nas Assembleia Municipal de cada Concelho. Explicou que é um documento referencial de medidas políticas e que refere as opções de gestão da Câmara Municipal, é esse documento que é votado, por isso considera que não pode ser desvalorizado. -----

Sobre a análise dos documentos referiu o documento apresentado pelo Revisores Oficiais de Contas, e a primeira questão que abordou relaciona-se com o Serviço de Contabilidade da Câmara Municipal. O relatório dos revisores Oficiais de Contas, referiu no ponto 1.3 do documento que o Município tem vindo a registar no Imobilizado Incorpóreo as despesas com a abertura, instalação e manutenção de faixas de gestão de combustível confinantes com a rede viária com a finalidade de prevenção contra incêndios, ascendendo os valores contabilizados em 30/06/2019 a 127.000€ líquidos de amortizações no imobilizado firme e a 251.000€ no imobilizado em curso. As adições ao imobilizado em curso nom 1º semestre de 2019 ascenderam a 147.000€. O Deputado Municipal referiu ainda que os Revisores Oficiais de Contas alertaram para a natureza destas despesas porque não se enquadram em nenhuma das rubricas de Imobilizado incorpóreo, pelo que as mesmas devem ser reclassificadas para a rubrica de Bens de Domínio Público nos casos da abertura e instalação de faixas de gestão de combustível para Fornecimentos e Serviços externos quando estamos perante trabalhos de manutenção. O Deputado explicou que as verbas estão mal classificadas, e o Senhores Revisores vem alertar para a sua correção. São quase 400 mil euros que estão mal classificados.-----

Sobre o Hotel e as entidades participadas disse que o Deputado Samuel Osório já fez referência às investigações em curso sobre as transferências do capital imobilizado. Referiu que os Revisores Oficiais de Contas no relatório informam que aguardam que a entidade participada converta o montante e capital social para a outra empresa. O Deputado Municipal perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que diligências têm feito para que isso acontecesse, se as fez por escrito e se tem participado em reuniões com as sociedades e se deixa expresso em Ata nessas reuniões essa exigência.-----

Falou do problema que o Executivo Municipal tem com as perdas estruturais de água em alta. Disse que os Revisores Oficiais de Contas mencionam no relatório no ponto 3 – Clientes, Contribuintes e Utentes e cita-se: "O Município tem registado a 30/06/2019 valores a receber de clientes, contribuintes e utentes no montante global bruto de cerca de 483.000€. Destaca-se nos valores a receber o montante de cerca de 282.000€ a liquidar pelo próprio Município, (o Deputado referiu que o Município paga ao próprio Município 282.000€ de água). Os Revisores Oficiais de Contas referem que tratando-se de uma situação atípica questionamos os serviços que informaram que foi decidido que para controlo dos consumos internos de água os mesmos passaram a se faturados ao próprio Município. No final do exercício de 2018 foi emitida uma nota de débito (o Deputado refere que a Câmara emitiu um nota de débito à Câmara) no montante de cerca de 256.000€ com





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

base numa estimativa de consumos anteriores cujo detalhe não nos disponibilizado (o Deputado referiu que não foi disponibilizado ao Revisores Oficiais de Contas) e a partir de janeiro de 2018 têm sido emitidas faturas mensalmente com base em consumos internos medidos no montante global de cerca de 26.000€ mensais. A situação descrita origina que estejam a ser registados proveitos e valores a receber do próprio Município que devem ser corrigidos no final do exercício (o Deputado disse que com o referenciado pelos Revisores Oficiais de Contas tem de ser corrigido neste exercício, a 31 de dezembro) é nosso entendimento que os gastos e consumos internos não devem ser faturados desta forma.” (fim de citação). O Deputado referiu que se está perante outro problema contabilístico, o problema de fundo tem a ver com o consumo água em alta. Referiu outra questão expressa no relatório dos Revisores Oficiais de Contas, que se prende com a parte financeira. O ponto 11 fala do Empréstimo de Saneamento Financeiro. E cita-se: “O órgão deliberativo em reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2018, após a aprovação dos documentos da Prestação de Contas de 2017, deliberou a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro através da aprovação da respetiva proposta da Câmara Municipal. No entanto, mantém-se a contratação do empréstimo bancário referido anteriormente.” (fim de citação). O Deputado Municipal disse que quase um ano depois, até à data do presente relatório não foi amortizado. Questionou acerca do assunto. -----

Sobre as Grandes Opções do Plano analisou o investimento e as opções e medidas políticas do Executivo Municipal. Na parte das receitas, o Orçamento tem de respeitar a regra da universalidade e da especialização e mencionar todas as receitas e todas as despesas. No entendimento do Grupo Parlamentar quanto às receitas, o Orçamento é opaco e sombrio. O conjunto das rubricas “Outras”, as não discriminadas, na parte das receitas, eleva-se a 665.000 euros, considerando ser desnecessário. -----

Na parte da despesa, o Grupo Parlamentar considerou importante a análise do conjunto da despesa para três rubricas: Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, no valor de 225.000 euros. Para outros trabalhos especializados dentro desta área 970.000 euros; outros serviços 695.000 euros. Isto somado dá 1.890.000.00 euros. No ano passado o valor era de 1.875.000.00 euros. O Deputado Municipal dirige-se ao Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados Municipais e Mesa da Assembleia Municipal e questionou se todos se encontram confortáveis para constatar que o Executivo Municipal aponta gastar 1.900.000.00 euros, destinados a pagamento de projetos, pareceres e documentos que são encomendados fora do Município. O Grupo Parlamentar considera que seria suficiente o valor de 400, 500 ou 600 mil euros. -- O Deputado Municipal referiu valores não discriminados: Instituições sem fins lucrativos, 416.000 euros; para instalações desportivas 1.950.000.00 euros; outros, neste capítulo de construções variadas, 1.603.000.00 euros; outros investimentos 1.037.000.00 euros.-----





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Municipal considerou ser um Orçamento sombra, nada transparente, não é específico nem especializado conforme os Orçamentos devem ser feitos. -----

Sobre os investimentos plurianuais das atividades principais, as verbas com o setor económico não chegam a 500.000 euros. A exemplo de anos anteriores no setor social o valor é de 300.000 euros destinado a instituições particulares e segurança com uma verba de 30.000 euros para o ano inteiro. -----

Disse que o Grupo Parlamentar Movimento Independente "Penamacor - Um Concelho no Coração", faria diferente; não tinham verbas tão significativas para gastar fora do Concelho com a aquisição de pareceres. Esta situação é fruto de não se ter técnicos superiores adequados e em número suficiente no quadro da Câmara Municipal. Disse que se continuar a gastar fora, o que se podia gastar no Concelho, investindo por exemplo na recolha do lixo, 130.000 euros todos os anos. Havendo disponibilidade, era fundamental investir em meios de apoio quer no desporto, quer na cultura e em viaturas e motoristas e na compra de veículos e em cursos para motoristas, para haver capacidade de resposta para apoiar as deslocações das coletividades, dos grupos desportivos, de forma a acompanhar a vida cultura e social do Concelho de Penamacor; e não a situação caricata que temos, cada Associação paga em dinheiro ou cheque ao motorista, estando ele a trabalhar com o autocarro da Câmara Municipal. -----

Em termos de estratégia, a parte fundamental, quer social ou económica, para além da ampliação da Zona Industrial, o seu Grupo Parlamentar não vê verbas para a captação de investimento e para a criação de postos de trabalho. Quando o Grupo Parlamentar referiu, em Sessões anteriores da Assembleia Municipal, que para proteger a estrutura produtiva e evitar a diminuição da população ativa do Concelho de Penamacor, era fundamental ter instrumentos financeiros para captar investimentos, mão-de-obra e apoios na estrutura produtiva, na expansão do regadio e noutros setores. Referiu que para isso, era necessário criar Regulamentos de carácter geral com apoios monetários efetivos no setor económico, produtivo e social, com condições de igualdade em que todos os empresários possam concorrer de forma neutra, apreciando quem tem mérito, devendo-se apoiar a criação de emprego e a captação de investimento. -----

O Deputado Municipal informou que o seu Grupo Parlamentar não tem uma posição favorável ao Orçamento, pelas razões formais, pelos erros contabilísticos que os Revisores Oficiais de Contas apontaram e também pela ausência de estratégia e de medidas no Orçamento do ano 2020. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado António Pinto. -----

Deputado António Pinto: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Mesa da Assembleia Municipal, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----



Página 10 de 19



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse que foi eleito como Presidente da Junta da União de Pedrogão de S. Pedro e Bemposta e por inerência senta-se nesta Assembleia Municipal. Informou que já passaram mais de 2 anos de mandato e em Pedrógão de São Pedro e Bemposta não foi realizada qualquer obra. No Orçamento para 2020 não se encontra mencionada qualquer obra a realizar na Freguesia de Pedrógão de S. Pedro e na Freguesia de Bemposta. Disse que existem algumas rubricas genéricas mencionadas em orçamento, como por exemplo rubricas de requalificação das antigas escolas primárias e intervenção em edifícios em ruínas. O Deputado Municipal perguntou se os valores se destinam a obras a efetuar na União de Freguesias de Pedrógão de S. Pedro e Bemposta. -----

Relembrou que em anteriores Sessões da Assembleia Municipal já colocou várias questões sobre os imóveis em ruína. Teve atendimento na Junta de Freguesia e houve pessoas a reclamarem das ruínas situadas na Rua 25 de Abril em Pedrógão de S. Pedro. Estão a colocar em perigo as pessoas, os bens e os imóveis que estão junto a essas ruínas, podendo vir a provocar problemas na via pública e para as pessoas que lá passam. Referiu que o proprietário doou o imóvel. Não sabe qual é o impasse ou o problema para a situação não se resolver. No Departamento de Obras da Câmara Municipal dizem que o processo está resolvido, que falta resolver da parte do Executivo Municipal. A rua está fechada há quase 5 anos por ordem do Senhor Presidente da Câmara. Relativamente à rubrica “prevenção florestal, abertura e beneficiação de caminhos”, perguntou quais são esses caminhos. A rubrica “requalificações urbanas” tem um valor de 500 mil euros; perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se está incluído algum arranjo de alguma rua na Freguesia de Pedrógão de S. Pedro ou Bemposta. Questionou acerca da rubrica, “investigação e acompanhamento arqueológico”; informou que recentemente foi feito um levantamento arqueológico na Freguesia de Bemposta, mas é necessário fazer mais levantamentos, porque os Arqueólogos acreditam que existem elementos arqueológicos muito valiosos, é necessário continuar a realizar os trabalhos de pesquisas arqueológicas. É necessário também fazer uma intervenção na zona do Castelo. Perguntou acerca da rubrica “manutenção de parques, jardins e outras zonas de lazer”. Questionou sobre as rotas dos Caminhos de Santiago e informou que, há uns tempos a esta parte, o Concelho de Idanha-a-Nova ainda não falava nos Caminhos de Santiago, já o Concelho de Penamacor liderava o processo de marcar os caminhos. Neste momento, constatou que o Concelho de Idanha-a-Nova tem os Caminhos já marcados e o Concelho de Penamacor está em atraso. Sobre os caminhos agrícolas, disse que Pedrógão de S. Pedro é a única Freguesia que não tem um caminho alcatroado com ligação a outra Freguesia. Perguntou se está contemplado em Orçamento o caminho agrícola entre Pedrogão de S. Pedro e a Senhora do Incenso. Sobre os centros históricos, perguntou se está contemplado em Orçamento o Centro Histórico da





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de Bemposta, porque Freguesia de Bemposta é uma aldeia com um historial enorme e cada vez há mais pessoas a visitar a localidade, pelo seu valioso Património Histórico. -----

Referiu que as transferências correntes para as Juntas de Freguesia, no ano passado o valor era de 186.000 euros; este ano é 300.000 euros. Questionou se o Senhor Presidente da Câmara está com ideias de fazer o processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, de que forma e se através de acordos de execução. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado João Luís Vaz. -----

Deputado João Luís Vaz: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Mesa da Assembleia Municipal, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

As palavras do Senhor Presidente da Câmara trazem-lhe lembranças do que aconteceu há 23 anos. Eram dois jovens com 22 anos que se preocupavam com o futuro da sua Freguesia e conseguiram ganhar pelo gesto de representatividade e genuína simplicidade. Disse que não devemos expressar que somos engenheiros ou doutores; devemos representar o Concelho como pessoas simples deste Interior. -----

Acerca da documentação enviada disse que um ou outro documento poderia não ter sido enviado de acordo com o que os trâmites legais impõem. Nos documentos enviados teve a oportunidade de, no seu conteúdo, ver quais as pretensões do Executivo Municipal e de encontro ao exposto na primeira Sessão da Assembleia Municipal do presente mandato, havia quatro obras importantes a concretizar para o desenvolvimento do Concelho de Penamacor: A requalificação do Centro de Saúde de Penamacor; requalificação da Zona Histórica de Penamacor; requalificação do Teatro Clube de Penamacor e ampliação da Zona Industrial. Referiu que já passaram dois anos, e apesar de vários entraves, as obras estão a decorrer. Expressou que como Deputados Municipais, devem dar o seu contributo e aprovar o Orçamento para que mais situações favoráveis sejam acrescentadas ao desenvolvimento do Concelho de Penamacor. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Francisco Abreu. -----

Deputado Francisco Abreu: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, estimados Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Disse que de todas as fotografias dos Senhores Presidentes da Assembleia Municipal que estão expostos no Salão Nobre desta Câmara Municipal, só não integrou a Assembleia Municipal quando foram Presidentes da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores Joaquim Abreu e o Aristides Mota. Em todos os outros Senhores





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que foram Presidentes da Assembleia, esteve sempre presente ou enquanto membro desta Assembleia Municipal ou enquanto Vereador nos mandatos do Senhor José Luís Gonçalves. -----

Já por diversas vezes diz sempre que na sua consciência não lhe fica a pesar nada na permanente necessidade de dignificar os órgãos autárquicos; se eles não forem dignificados e respeitados, como podemos exigir aos órgãos regionais, distritais e nacionais que respeitem estes órgãos e o nosso Concelho; disse que o Senhor Presidente da Câmara falou de um assunto que também lhe traz algumas memórias. Disse, que o Senhor Presidente da Mesa, Doutor Vieira Pires, são poucas as palavras que usa; mas já houve nesta Assembleia Municipal Presidentes de Mesa que falavam mais do que toda a Assembleia Municipal junta, se davam ao luxo de fazer comentários no lugar em que o Senhor Presidente da Mesa agora está, fazerem comentários às intervenções dos Senhores Deputados Municipais. Imaginem que o Dr. Ferro Rodrigues na Assembleia da República usasse constantemente da palavra para fazer comentários ao Senhores Deputados da Assembleia da República. -----

Disse que todos os documentos que são entregues à Mesa da Assembleia Municipal são essenciais. A Assembleia Municipal reúne-se para apreciar e discutir todos os documentos entregues nesta Assembleia, sejam eles documentos de contabilidade ou não, do orçamento ou não, todos os documentos são importantes. -----

O Deputado disse que não era especialista na área das contabilidades e economias. Verifica que existe na Assembleia Municipal por parte de alguns Deputados Municipais de aqui se dizer as áreas de formação do Executivo e de que os Senhores são de contabilidade; se calhar também tem de passar a dizer que é da área de Filosofia e se calhar o nosso Presidente da Mesa, dizer que é da área de Medicina. Perguntou se é necessário isso, e disse que Senhor Presidente da Câmara, independentemente da área da sua formação, poderia ser um mero cidadão, ter a quarta classe, e podia ser Presidente de Câmara. -----

Lembrou que em todas as vezes que aqui esteve enquanto membro da Assembleia Municipal, muitas vezes recebiam os documentos no próprio momento; às vezes a funcionária da Câmara andava a colocá-los nas pastas dos Deputados Municipais no momento de início da Sessão da Assembleia Municipal. Elogiou a preocupação que existe com a requalificação da Praça - Mercado Municipal, referiu que nenhum Executivo Municipal anterior, apoiado por membros que são agora oposição, chamou a atenção para aquele problema. O presente Executivo Municipal já lá foi e sabe o que lá está. Disse que esta requalificação vai ser vertida para os próximos dois anos, e deseja que as verbas venham rapidamente porque é um investimento de grande dimensão. Disse que estes investimentos são trabalho dos 5 membros do Executivo Municipal e o Senhor Vereador do Grupo Parlamentar Movimento Independente "Penamacor - Um Concelho no Coração", dá o seu



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parecer, o seu contributo nas Reuniões de Câmara em democracia. Desejou que estes investimentos não andem permanentemente numa onda de “Judicialização da Política”. É que agora não se faz nada em muitas Câmaras Municipais, e até mesmo no Governo, não se faz nada sem que se diga “Aqui El Rei Juizes e Tribunais venham cá ver isto”. Afirmou que se “judicializa a política”. O Povo elegeu este Executivo Municipal e esta Assembleia Municipal com uma maioria mais do que suficiente para aprovar os documentos; o problema da oposição é que a maioria é demasiadamente grande, para que as propostas da oposição possam ter acolhimento por esta maioria que aqui se encontra. Deseja que o contínuo investimento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal pretende fazer no nosso Concelho de Penamacor e que propõe à aprovação da Assembleia Municipal não seja permanentemente “judicializado”. -----

Congratulou o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal pelas obras de requalificação do Castelo - Fortaleza de Penamacor que se encontram em andamento. Desejou que a obra esteja concluída durante o ano 2020, isto se não houver mais processos de “judicialização” dos investimentos e opções políticas que esta Câmara define. -----

Congratulou o documento - Relatório Orçamento para o ano 2020, onde são referidos investimentos estruturantes ligados à vertente Sócio-Cultural e Educativa. Se de facto, se iniciarem e se concluírem os investimentos na Casa das Artes de Penamacor e no Centro de Estudos Transfronteiriços, este Centro é uma boa iniciativa, talvez não haja em toda esta zona fronteiriça, um centro deste género. -----

Congratulou o Executivo Municipal pela decisão de recuperação do Teatro Clube de Penamacor, que também foi fortemente “judicializado”. -----

Disse que o nosso Interior e o Concelho de Penamacor está com cada vez menos gente, apesar de termos a notícia que este ano estão 17 crianças para nascer. -----

Referiu que 2.225.000 euros é bastante dinheiro, assim como os 140 mil euros previstos para apoio e protocolos com Associações de Recreio e Lazer. Disse que esse dinheiro deveria depois ser confirmado, se foi usado para os efeitos que foi pedido. -----

Congratulou as obras avançadas de ampliação na Zona Industrial, na parte sul. -----

De acordo com o referido no documento em apreciação salientou, que existe intenção de investir em recuperação de espaços urbanos em todas as Freguesias do Concelho de Penamacor. -----

No documento do Orçamento para o ano 2020, o Senhor Presidente da Junta de Aranhas, tem cerca de 4 mil euros para o evento - “Ainda Agora Aqui Cheguei”. Referiu que não é só transferir o dinheiro através dos protocolos ou através de acordos de cooperação que se estabelecem com a Câmara Municipal. Estes eventos e iniciativas também permitem que se transfira dinheiro para as Freguesias. Disse que todos os Presidentes de



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Junta deveriam aproveitar a circunstância e ter alguma iniciativa de carácter cultural, patrimonial, associativo que se identifique e dinamize a sua própria Freguesia e possam também vir buscar apoio monetário à Câmara Municipal de Penamacor. -----

Para terminar recordou que, na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal a Deputada Municipal Guida Leal ouviu que não tinha nada que se meter no funcionamento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor. Está designado em Orçamento o valor de 270 mil euros para apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor. Informou os presentes que se está na presente Sessão a aprovar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e as Atividades mais Relevantes da Câmara Municipal de Penamacor para o ano 2020. Expressou que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor ou outra Associação do Concelho de Penamacor, vem pedir valores à Câmara Municipal de Penamacor, que estão no Orçamento que é deliberado e aprovado pela Assembleia Municipal, mas é dito que a Assembleia Municipal não tem nada a ver com o assunto. Pronunciou que a Assembleia Municipal é um Órgão digno e tem o direito de saber onde são aplicados os valores dados às Instituições do Concelho. Referiu que a Assembleia Municipal de Penamacor tem o direito de saber se o valor de 270 mil euros atribuídos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, vão ser usados ou não, em prol e serviço prestado à população de Penamacor. -----

Disse ao Presidente da Câmara que poderá contar com o seu voto favorável na aprovação dos documentos, porque não deseja de forma alguma “judicializar” as suas obras. -----

O Deputado Manuel Marcelo, solicitou uma Interpelação à Mesa da Assembleia Municipal.-----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Apresentou duas correções: Informou que o evento das Janeiras - “Festas das Varas do Fumeiro” da Freguesia de Aranhas tem duas transferências, 5 mil euros de capital e 20 mil euros de transferências correntes. Estão inscritos no orçamento 4 mil euros, mas será 4 mil euros mais 20 mil euros. Disse que estes eventos devem estimular as outras Freguesias a organizar bons eventos culturais de acordo com as nossas tradições. -----

A segunda correção, em relação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, não é verdade que estejam em Orçamento para o ano 2020 o valor de 262.500 mil euros que o Senhor Primeiro Secretário arredondou depois para 270 mil euros, porque está incluído na realização 111.500 euros, que é receita do ano de 2019. Este valor é meramente informativo, o que está orçamento para o ano 2020 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor que todos presamos e que devemos defender e prestigiar são 150 mil euros e não os 270 mil euros ou os 262.500 mil euros. -----



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Sobre as questões do IMI e as alterações que se têm havido orçamentalmente, derivaram de uma avaliação que não foi feita pela Câmara Municipal; têm a ver com as antenas, com os aerogeradores dos Parques Eólicos que foram avaliados, houve receita de IMI para os Municípios, houve uma contestação por parte das empresas, foi-lhes dada razão e, obviamente, a seguir houve uma retenção de IMI; houve encontro de contas e os valores não têm andado corretos nos últimos tempos. Relativamente a questões relacionadas com o Hotel não se pronuncia sobre esta questão; o relatório dos Revisores Oficiais de Contas é perentório sobre este assunto. Sobre a questão dos apoios para as Juntas de Freguesia, foi entendimento do Executivo Municipal fazer um reforço e ir-se-á fazer através de acordos de execução, numa segunda reunião que irá promover rapidamente com os Presidentes de Junta. Relativamente às Termas da Fonte Santa disse que não houve indemnização. Houve um projeto contratado perante um caderno de encargos faseado, mas chegou-se a uma fase em que o Executivo e o apoio técnico e médico das Termas, não se sentiam confortáveis com o projeto que estava a ser desenvolvido. Informou que tratando-se de um projeto com fases, tudo o que estava feito teve de ser pago. Informou que se decidiu enveredar por outra opção com o acompanhamento de quem presta apoio clínico e apoio técnico às Termas. Disse que estes projetos envolvem questões de Saúde Pública, e que se não correm bem à primeira dificilmente podem ser corrigidos. Deu nota que a obra está lançada no "INTERREG - Fundo Fronteiriço", e deseja que este ano se possa lançar empreitada de concurso público, mesmo que a obra ainda possa ter eventuais entraves. Relativamente às notas do documento dos Revisores Oficiais de Contas, informou que, quer pela sua parte, quer pelos responsáveis da Contabilidade, serão tomadas em consideração, mas disse que o enquadramento da classificação em termos do investimento da prevenção florestal de 400 mil euros estar mal classificado, era mais pertinente reconhecerem que o Município investiu 400 mil euros na prevenção florestal, do que referirem uma mera classificação. Relativamente às questões dos consumos próprios de água são indicações da entidade reguladora; tem de haver de facto um controle e medição dos consumos públicos e próprios, no sentido dos mesmos não penalizarem nem afetarem a formulação dos tarifários. Se é mesmo a solução ou não, existem muitas opiniões pelo País fora, alguma medida tinha de ser implementada. Quanto ao empréstimo financeiro, foi feito pela empresa - Maturidade XT, ainda não passou, está em vigor. Dentro do Plano do Orçamento para o próximo ano está o investimento, muito no seguimento das questões que vinham destes dois anos e direcionado para questões ligadas à captação de investimento e para a fixação através de habitação. Disse que, quer para investimentos, para obras e empreitadas, quer outros tipos de investimentos em projetos de obras, não existe



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lugar a financiamento. Informou que o Executivo Municipal vai continuar a fazer projetos e informou o Senhor Presidente da Junta de Pedrógão de S. Pedro e Bemposta que existe um projeto de obra para a sua terra. Sobre o potencial arqueológico da Freguesia da Bemposta, o Arqueólogo da Câmara Municipal está a acompanhar todo o trabalho que foi desenvolvido. Disse que nestes últimos trabalhos surgiu algo com potencial muito interessante do foro arqueológico, que a Câmara Municipal irá tentar aprofundar, porque é divergente de tudo o que se tem até ao momento, em termos arqueológicos, no Concelho de Penamacor, e situa-se no Castelo da Bemposta. Sobre a marcação das rotas dos Caminhos de Santiago, o processo está concluído; falta a sinalização, que irá ser feita brevemente. Quanto às transferências de competências para as Juntas de Freguesia, informou o Senhor Presidente da Junta de Pedrógão de S. Pedro que irá ser convocado à semelhança dos outros Senhores Presidente de Junta, para uma segunda reunião sobre o tema. -----

O Deputado António Pinto solicitou ao Senhor Presidente da Mesa a palavra, que lhe foi concedida. -----

Deputado António Pinto: -----

Disse que esteve na presente na primeira reunião sobre a transferência de competências para a Juntas de Freguesia. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se sabe que a transferência de competências tem de estar concluída brevemente e no ano 2021 vai ser obrigatória. O Senhor Presidente da Câmara Municipal vai ter de negociar com as Juntas de Freguesia e trazer a Sessão da Assembleia Municipal a transferência de competências, porque a partir do dia 1 de janeiro de 2021 é obrigatória. Há Concelhos que já fizeram a transferência de competências. Informou que a Junta da União de Freguesia de Pedrogão de S. Pedro e Bemposta propuseram a transferência de competências e o Senhor Presidente da Câmara Municipal até ao momento não deu uma resposta. -----

O Senhor Presidente da Mesa passou à votação do **Ponto 1 da Ordem de Trabalhos**. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal ao abrigo das competências previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta da Ordem de Trabalhos no Ponto 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2020 foi APROVADA POR MAIORIA com vinte e quatro (24) votantes, dezanove (19) votos a favor e quatro (4) votos contra dos Deputados Municipais, Manuel Marcelo, Nuno Vaz Gonçalves, Rogério Silvestre da Cruz e Samuel Osório e uma (1) Abstenção, do Deputado Municipal, António Pinto. -----

Nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artº 57 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, **foi também deliberado, por UNANIMIDADE, aprovar a presente deliberação em Minuta**, com vinte e a quatro (24) votos a favor no sentido de produzir eficácia imediata à sua aprovação. -----

O Deputado Manuel Marcelo, apresentou à Mesa da Assembleia Municipal Declaração de Voto Contra. -----



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Manuel Marcelo: -----

Explicou que a Declaração de Voto Contra no Ponto da aprovação do Ponto 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2020, fundamenta-se em quatro pontos: No capítulo das receitas o seu Grupo Parlamentar considera que existe falta de transparência na discriminação das receitas, uma vez que se eleva a 700 mil euros o conjunto das rubricas "Outras" que deveriam ser residuais e que estão demasiado orçamentadas. No capítulo das despesas, o Grupo Parlamentar apresenta discordância total em ser preciso, como intenção do Executivo, gastar cerca de dois milhões de euros em aquisição de serviços exteriores ao Concelho. A única rubrica que tem alguma discriminação é "Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria" onde há o valor de duzentos e vinte e cinco mil euros. Disse que mesmo que se tirem o valor de duzentos e vinte e cinco mil euros para estes estudos e projetos, ainda sobram um milhão e seiscentos mil para outros trabalhos especializados e outros serviços. Referiu que é um orçamento vago, indefinido, obscuro, nada transparente. O Grupo Parlamentar expressou que se estão a prejudicar os meios técnicos e humanos da Câmara Municipal, porque se a Câmara Municipal fosse reforçada em meios humanos e técnicos, não era preciso gastar tanto dinheiro fora do Município, dinheiro que pertence aos Municípios. Ainda do lado da despesa, o campo dos investimentos da estrutura económica são pouco significativos e insuficientes para a captação de investimento e criação de postos de trabalho e a desvitalização da estrutura económica produtiva que representa 10% do conjunto da despesa ligada ao investimento, ligada à aquisição de bens de capital. Em último lugar consideram que a transferência para as Freguesias no valor de trezentos mil euros poderá ser, ou não, suficiente, depende dos protocolos de transferência de competências que venham a ser elaborados para serem aprovados em Assembleia Municipal. A transferência de capital para todas as Freguesias está inscrita com cinco mil euros; o Grupo Parlamentar Movimento Independente "Penamacor - Um Concelho no Coração", considera uma opção política ridícula, com um modelo totalmente centralizado no Executivo e no Senhor Presidente da Câmara.-----

O Senhor Presidente da Mesa, passou de imediato ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Informou que este ponto decorre da aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, trata-se das questões funcionais e operacionais do Município, já foi aprovado em Reunião de Câmara e vem a deliberação da Assembleia Municipal. -----





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

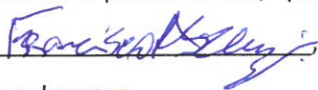
O Senhor Presidente da Mesa, perguntou aos Senhores Deputados Municipais se pretendiam usar da palavra sobre o ponto; inscreveu-se o Deputado Manuel Marcelo. -----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Referiu que a posição do Grupo Parlamentar Movimento Independente "Penamacor - Um Concelho no Coração" é de abstenção. -----

O Senhor Presidente da Mesa passou à votação do **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos**. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal ao abrigo das competências previstas no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho e a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **a proposta da Ordem de Trabalhos no Ponto 2 – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais foi APROVADA POR MAIORIA** com vinte e quatro (24) votantes, dezanove (19) votos a favor e cinco (5) Abstenções, dos Deputados Municipais, Manuel Marcelo, Nuno Vaz Gonçalves, Rogério Silvestre da Cruz, Samuel Osório e António Pinto. -- Nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artº 57 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, **foi também deliberado, por UNANIMIDADE, aprovar a presente deliberação em Minuta**, com vinte e quatro (24) votos a favor no sentido de produzir eficácia imediata à sua aprovação. -----

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão Extraordinária de nove de janeiro de dois mil e vinte, eram vinte e horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que, depois de lida e votada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e por mim,  Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Penamacor, que a redigi e subscrevo. -----

Faz parte integrante desta Ata a gravação áudio desta Sessão, a qual fica depositada nos Serviços do Secretariado da Assembleia Municipal de Penamacor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


(António Maria Vieira Pires)

O Primeiro Secretário da Mesa


(Francisco José Pires Abreu Esteves)